



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

Registro: 2020.0000994832

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464, da Comarca de Pompéia, em que é apelante/apelado EDER DOS SANTOS ALVES (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A e Apelado XL SEGUROS BRASIL S.A..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso e negaram provimento ao recurso da ré por V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), CARLOS DIAS MOTTA E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 3 de dezembro de 2020.

ANTONIO NASCIMENTO

Relator

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

1ª Vara Cível da Comarca de Pompéia/SP

**Apelantes/Apelados: EDER DOS SANTOS ALVES e LIQUIGÁS
DISTRIBUIDORA S/A**

Apelado: XL SEGUROS BRASIL S/A

MM. Juiz de Direito: Dr. RODRIGO MARTINS MARQUES

VOTO Nº 28139

APELAÇÃO – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – COLISÃO – CULPA DO RÉU NÃO ELIDIDA – INDENIZAÇÃO – CABIMENTO. Age imprudentemente, e responde pelas consequências, o motorista que procede ao deslocamento lateral sem as devidas cautelas, interceptando a trajetória de outro veículo, causando danos ao condutor. Danos materiais e morais devidos. Majoração. Cabimento. Pensão Mensal indevida. Lide Secundária. Ausência de cobertura. Improcedência mantida. RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO E IMPROVIDO O DA RÉ.

A r. sentença de fls. 481/489 julgou **parcialmente procedente a ação indenizatória** proposta por **Eder dos Santos Alves** contra **Liquigás Distribuidora S/A**, condenando a ré ao pagamento de danos materiais, no valor de R\$ 17.716,05 corrigido monetariamente e com juros de mora, desde a citação; danos morais, no valor de R\$ 6.000,00 e danos estéticos de R\$ 4.000,00, com correção monetária desde a data da sentença e juros de mora do evento danoso. Após, julgou improcedente a lide secundária em face de XL Seguros Brasil S/A. Em consequência da sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas que despendeu e honorários advocatícios devidos pelo autor fixados em 10% de 25% do valor da condenação e a ré ao pagamento de honorários fixados em 10% de 75% do valor da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

condenação.

Inconformadas, as partes recorrem.

O autor requer a fixação de pensão mensal e a majoração da indenização por danos morais e estéticos (fls. 491/498).

A ré recorre (fls. 509/529), sustentando culpa exclusiva do autor pelo acidente narrado nos autos. Insurge-se quanto ao valor da condenação e requer a procedência da lide secundária.

Recursos recebidos, processados e contrarrazoados (fls. 540/546 e 552/558).

É o relatório.

Cuidam os autos de **ação de reparação de danos** decorrente de acidente de trânsito. Relata o autor, em síntese, que em 16/10/2015 trafegava, com sua motocicleta, pela Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, Km 462, sentido Marília-Pompéia/SP, quando o caminhão de propriedade da ré que vinha na mesma rodovia e sentido, efetuou mudança brusca de faixa colidindo contra a motocicleta, na qual trafegava.

A controvérsia dos autos reside na aferição da culpa pelo acidente ocorrido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

Segundo versão do Policial Rodoviário, constante no boletim de ocorrência, o acidente ocorreu da seguinte forma: *“Ao chegar ao local, deparei-me com o veículo já removido do local do acidente e a vítima sendo socorrida. Ficou constatado através de vestígios e indícios que, o condutor transitava no sentido citado e no local o mesmo perdeu o controle da direção do veículo vindo a cair na rodovia. Alegou o condutor do veículo único que transitava no sentido Marília x Oriente e no mencionado local foi fechado por outro veículo (caminhão) de placa não identificada onde em seguida perdeu o controle da direção vindo a cair no asfalto”* (fls. 33/34).

A testemunha **Clécio Rodrigo Pereira de Almeida** relatou que no dia dos fatos estava conduzindo seu veículo Strada/Fiat pela rodovia SP 294, na altura do posto ecológico, no sentido Marília Pompeia, quando pôde observar que, um pouco depois do ponto em que se localiza o radar de 60Km/h, o autor conduzia uma motocicleta, sendo que na frente dele havia um caminhão de cores verde e cinza, com uma placa em sua lateral indicando o nome da empresa ré **Liquigás**. Acrescentou que referido caminhão carregava botijão ou cilindros de gás. Declarou que quando o autor abriu, entrando à esquerda para fazer ultrapassagem, o motorista do caminhão ingressou naquela faixa, forçando o demandante a frear bruscamente, o que provocou sua queda da motocicleta, vindo a dar cambalhota na pista (fls. 484).

Naquele ponto, era do acionado o risco da realização da manobra de deslocamento de faixa, sendo seu dever aguardar o momento adequado para efetuá-la com absoluta segurança.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

Em verdade, a presunção legal milita a favor do requerente, a teor do que estabelecem os artigos 34 e 35, ambos do CTB:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos."

Assim, analisada a questão sob as regras de experiência comum (CPC, art. 353, 1ª parte),¹ cabia ao demandado o atento acompanhamento do tráfego de veículos, a fim de realizar o deslocamento lateral.

Confira-se, nesse sentido, o seguinte aresto desta E. Corte:

“ACIDENTE DE TRÂNSITO. DESLOCAMENTO LATERAL (MUDANÇA DE FAIXA) INTERCEPTANDO A TRAJETÓRIA DE OUTRO VEÍCULO. DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS GERAIS

¹ “Em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras da experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

*DE CIRCULAÇÃO, ARTIGOS 35 E 38 DO CTB. CULPA
CARACTERIZADA. AÇÃO PROCEDENTE. APELO PROVIDO.*²

Fixada a responsabilidade pelo acidente,
analisam-se os danos pleiteados.

A pensão mensal a título de indenização
por ato ilícito corresponde ao grau de comprometimento físico da vítima, que
inviabiliza, ou reduz, o exercício adequado de atividade laborativa condizente
com sua formação.

Ainda sobre o tema, vale trazer a lume o
escólio de **Cláudio Luiz Bueno de Godoy**:

*“É a incapacidade laborativa total ou parcial resultante da ofensa
sofrida que será apurada de acordo com perícia, também mercê da qual se
identificará, conforme a hipótese, o grau da redução da aptidão para o
trabalho. (...)”*

*O cálculo da pensão deve tomar por base a remuneração auferida pelo
ofendido. Se não houver renda determinada, ou se exercia atividade doméstica,
o cálculo se faz de acordo com o salário mínimo. Mesmo aos menores se vem
reconhecendo a indenização presente, ainda que não trabalhem, se a lesão
prejudica o exercício de qualquer profissão. A perda da capacidade de
produzir renda é, de fato, um dano certo. E, aqui, de novo, utilizando-se o
salário mínimo como critério (...).”³*

2 TJSP – 6ª Câmara de Direito Privado – Apelação nº 994.08.024687-2 – Rel. Des. **Roberto Solimene** – J. 17/06/2010.

3 BUENO DE GODY, Cláudio Luiz. **Código civil comentado**. 9ª Ed. Coordenador Cezar Peluso. Barueri: Ed. Manole, 2015, p. 915.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

Não tendo sido apurada, em perícia (fls. 404/412), incapacidade laboral, não há que se falar em fixação de pensão mensal.

Os danos materiais estão devidamente comprovados nos autos, consoante se extrai, principalmente, dos orçamentos juntados a fls. 72/88, que guardam relação com os danos ocasionados, razão pela qual são devidos conforme fixados na r. sentença.

A lesão à integridade física, a dor oriunda dos ferimentos, a submissão do lesado a tratamentos médicos dolorosos, internação hospital, repouso com imobilização, com perturbação da tranquilidade psíquica e das atividades usuais, caracteriza o dano moral indenizável que deve ser majorado para R\$ 20.000,00, pois servirá de conforto à parte ofendida, não se revelando exagerado ou desproporcional às peculiaridades da espécie.

O valor deve ser corrigido monetariamente a partir da publicação do acórdão e com juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso.

É possível a cumulação de condenação ao pagamento de indenização por danos estéticos, já que distintos os bens lesados. Nesse sentido, estabelece a Súmula nº 37 do Colendo Superior Tribunal de Justiça: "*São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.*" E quanto a esses últimos, o laudo pericial, indica que houve, evidentemente, prejuízo patrimonial estético estimado em grau 2 em 7 (fls.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

409).

Confira-se, ainda, o seguinte pronunciamento do STJ:

“A indenização por danos morais e estéticos deve ser proporcional ao dano causado, fixada com razoabilidade de forma que não se torne fonte indevida de lucro e, por outro lado, não desampare a vítima.”⁴

Desta forma, mostra-se prudente a fixação da indenização em R\$ 6.000,00, com correção monetária a partir da publicação do acórdão e com juros de mora de 1% ao mês, a contar do evento danoso.

No tocante à lide secundária, como bem mencionado na r. sentença: *“A negativa de pagamento pela seguradora é válida, na medida que o contrato de seguro (fls. 156) no item 7, subitem 7.1, alínea “s” previu claramente não haver cobertura para perdas e danos decorrentes da circulação de veículos terrestres fora dos locais de propriedade, alugados ou contratados pelo segurado, bem como não há cobertura para danos estéticos (subitem 7.1, alínea “aa”). Nesse ponto, necessário destacar que a própria empresa ré afirmou que o local do acidente não seria de sua rota”.*

Desta forma, a r. sentença deve ser parcialmente alterada, apenas para majorar o valor da indenização por danos morais e estéticos, ficando mantida quanto aos demais aspectos, inclusive as

4 STJ – 2ª Turma – REsp nº 1.236.412-ES – Rel. Min. **Castro Meira** – J. 02/02/2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
26ª Câmara de Direito Privado
Apelação Cível nº 1001225-48.2016.8.26.0464

verbas sucumbenciais.

Postas essas premissas, **dá-se parcial provimento** ao recurso do autor e **nega-se provimento** ao recurso da requerida.

Antonio (Benedito do) **Nascimento**
RELATOR